

POLÍTICA ECONÔMICA

Ala do governo que busca estímulo ao desenvolvimento por meio de afrouxamento fiscal causa problemas e começa a voltar atrás

Sinais para todos os lados

MARCELO TOKARSKI
E RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

As primeiras 24 horas após as urnas confirmarem a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foram marcadas por discursos dissonantes vindos de integrantes do primeiro escalão do governo. Se alguns ministros saíram em defesa de uma política econômica mais desenvolvimentista nos próximos quatro anos, outros não deixaram de lado a importância do controle da inflação e do rigor nos gastos públicos. Sinais trocados que confundem o mercado financeiro e parecem dar o tom da disputa por espaço e poder que será travada nos próximos dois meses, até a definição do novo ministério.

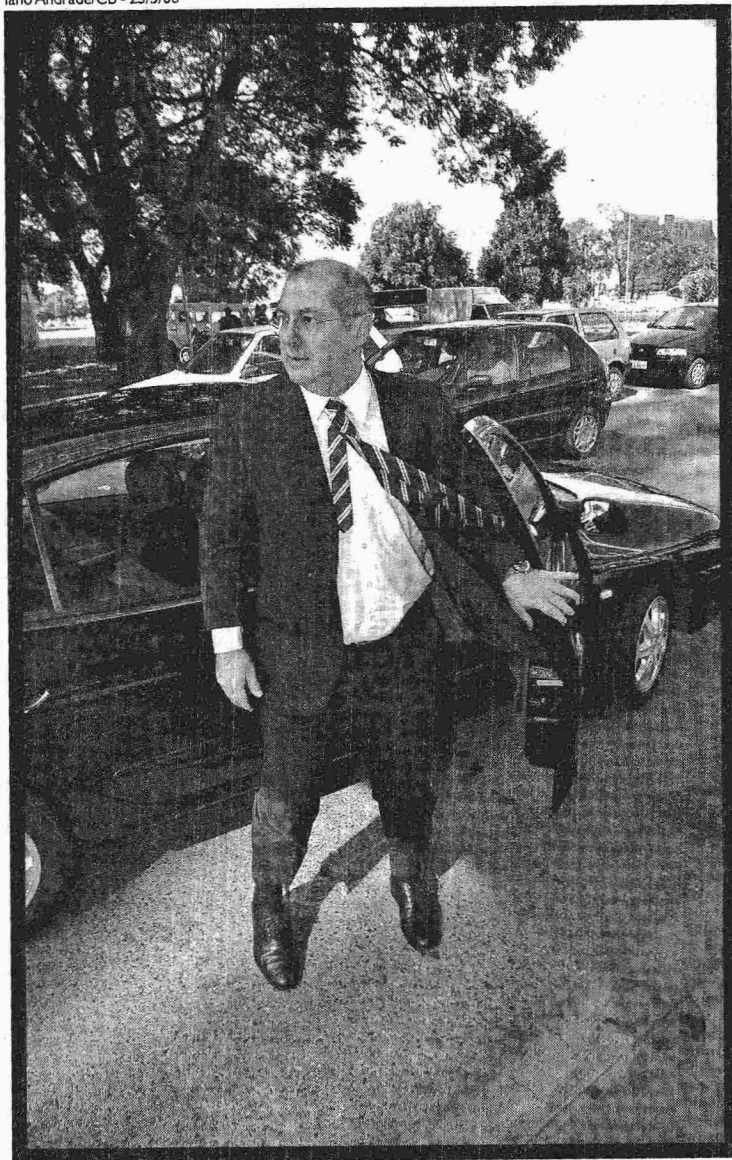
A tese central da ala desenvolvimentista foi lançada ainda no domingo à noite pelo ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, que decretou o fim da "era Palocci" e prometeu mais estímulo ao crescimento econômico. Ontem, Tarso elogiou o companheiro Guido Mantega (Fazenda), considerado de cunho mais desenvolvimentista do que monetarista. Mas abrandou o discurso da véspera, ao afirmar em entrevista à *TV Bloomberg* que o país não terá um crescimento "aventureiro" e que a propaganda redução dos juros será feita de "maneira técnica e estudada". "Uma queda violenta da taxa de juros é uma coisa que poderá satisfazer dois ou três setores naquele momento, mas pode ser prejudicial mais tarde. O declínio vai continuar sendo em evolução, e não uma queda radical", ponderou.

Continuidade

Integrante da alta desenvolvimentista do governo, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff — que no passado teve pesados embates com o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci —, também veio a público dizer que o governo continuará se comprometendo com o controle da inflação e com o superávit primário de 4,25% do PIB. Outro que tentou apagar o incêndio causado por Tarso Genro foi o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. Durante uma cerimônia em Brasília, ele afirmou que o governo deve encaminhar ao Congresso uma proposta para criar a chamada "âncora fiscal", um mecanismo que limita o crescimento anual dos gastos públicos.

"Seria uma regra para conter a expansão das despesas e promover um ajuste de longo prazo", explicou. A medida, afirmou o ministro, abriria espaço para a expansão dos investimentos, mas

Iano Andrade/CB - 25/5/06



BERNARDO, DO PLANEJAMENTO, NÃO QUER CRESCIMENTO A QUALQUER PREÇO

sem descuidar da estabilidade econômica e do controle da inflação. "Temos que manter a vigilância na inflação controlada, para não desandar", declarou Bernardo.

À noite, foi a vez de Lula se manifestar. Nas entrevistas concedidas a três telejornais, o presidente reeleito afirmou que a política econômica não sofrerá mudanças e assumiu compromisso com o controle da inflação. Voltou a prometer um crescimento mais vigoroso, alegando que as bases para o crescimento sustentado da economia estão dadas. No entanto, desautorizou o ministro das Relações Institucionais. Perguntado sobre o que Tarso Genro classificou como o fim da "era Palocci", Lula disse que a política econômica não é de um ministro, mas sim comandada por ele. Em tom de brincadeira, Lula concordou com o entrevistador e disse que a declaração do ministro foi uma "produção independente".

Ajuste

Para Carlos Thadeu de Freitas, economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC), a tal "era Palocci" na verdade não existiu. "O que houve foi um ajuste necessário que qualquer um

que estivesse lá faria para a economia voltar aos trilhos", disse. Na sua visão, a dura correção de rumos abriu o caminho para um crescimento mais vigoroso a partir de agora, mas que só irá se concretizar caso o governo observe algumas condições, principalmente a questão fiscal. Para o economista, que é ex-diretor do Banco Central, só um corte real das despesas públicas pode gerar uma queda na carga tributária, beneficiando o setor produtivo e estimulando o crescimento sem a necessidade de um novo ciclo de reformas.

Aliado a tudo isso, a continuidade da redução dos juros é fundamental. "Qualquer diminuição adicional nos juros reais vai dar um impulso para o crescimento", afirmou. Na receita de "desenvolvimentismo" de Freitas, o governo deveria começar o ano reduzindo os impostos sobre a intermediação financeira feita pelos bancos, o que reduziria os juros nos empréstimos e estimularia o crédito para as empresas. Outras medidas deveriam ser a redução do compulsório bancário, que liberaria mais recurso para financiamentos, e a continuidade do programa de desoneração tributária.